

## VII. Conclusão

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. Conclusão. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 109-123. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## VII. CONCLUSÃO

A Força Sindical foi criada num contexto bastante diferente do que marcou o nascimento da CUT – a primeira das centrais a serem criadas após a abertura política de fins da década de 70 – e também, numa escala menor, da CGT. Pensamos que as circunstâncias da formação da Força Sindical, em comparação com as das demais centrais, devem ser examinadas para que se possa entender mais adequadamente as suas características, estratégias e possibilidades de desenvolvimento neste final de século.

A CUT se criou no impulso da redemocratização do Brasil como a vertente mais importante do sindicalismo brasileiro. Mas tal não se deu sem conflitos internos ao próprio movimento sindical. O alcance da luta democrática, a natureza da democracia desejada, o sentido das mobilizações dos trabalhadores e dos choques com o governo seccionavam o sindicalismo no dobrar da década dos anos 70, separando, de um lado, os que entendiam que a transição do autoritarismo para a democracia deveria ficar contida nos marcos da economia de mercado e da democracia representativa e, de outro lado, os que pretendiam que a abertura conduzisse a uma democracia mais participativa do que representativa, nos quadros de uma ordem econômica controlada pelo Estado. Os primeiros acabaram por se encaminhar para a CGT, os segundos para a CUT.

A feição assumida pela CUT reflete amplamente as circunstâncias político-institucionais da época em que foi criada, ou seja, a existência de um sistema político autoritário, em declínio, mas ainda em exercício, que condenava o movimento sindical a uma situação de marginalidade com relação aos centros de decisão. Do lado das classes assalariadas, o desenvolvimento econômico da década de 70 criara atores sociais importantes que não conseguiam expressão política legítima e institucionalizada, quer dizer, grupos sociais que não tinham vias para se transformarem em atores políticos a não ser através da contestação da ordem institucional e do confronto com o poder político. Nessas condições, dificilmente o sindicalismo brasileiro poderia afirmar-se fora de uma atitude de rebeldia e de choque com o sistema de poder, basicamente com o Executivo Federal controlado pelas Forças Armadas. Um ator social poderoso – as lideranças dos grandes sindicatos – era condenado a uma existência de gueto. As condições políticas (mas também as econômicas e valorativas) eram bastante favoráveis

ao desenvolvimento de um sindicalismo de confronto, fundado nas concepções de luta de classe, na ideia de um conflito irreversível entre o capital e o trabalho, em que os termos “entendimento”, “cooperação” e “participação” soavam como traição à classe trabalhadora. A CUT foi a expressão dessa conjuntura, da luta das lideranças de amplos segmentos das classes trabalhadoras para a ampliação de seu espaço no interior do sistema político. A retórica agressiva, a desconfiança com relação ao diálogo com as autoridades, a rejeição da negociação, etc., teve repercussão positiva em amplos segmentos das classes assalariadas, especialmente naqueles cujas condições de enfrentamento com as autoridades e as empresas eram melhores.

Por razões cuja discussão nos levaria muito longe de nossa temática principal, esse esforço de participação política e econômica, de parte das lideranças ligadas ao movimento sindical e às classes assalariadas, foi fortemente influenciado pelas concepções socialistas de transformação social. Em outros termos: a luta pelo retorno a uma ordem democrática, para variadas facções da esquerda, não foi concebida como um fim em si, mas como um meio de se chegar ao socialismo.

A Força Sindical, ao contrário, já surgiu sob a Constituição de 1988, num período de democracia formal ampla (mas não necessariamente consolidada). As bandeiras da redemocratização, da abertura política e da legitimação do poder sindical não poderiam efetivamente ocupar um papel preeminente em seu programa de lutas, mesmo que seus fundadores tivessem ambições reformistas mais acentuadas. Mas há outras razões para a rejeição, pela Força Sindical, do socialismo como meta.

Do ponto de vista *econômico* e da *situação do mercado de trabalho*, a Força Sindical surge num momento de recessão, de desemprego, de condições bastante desfavoráveis para um sindicalismo de confrontação. A CUT, ao contrário, foi formada num contexto em que táticas sindicais agressivas rendiam dividendos, se não do ponto de vista dos resultados econômicos, pelo menos do da mobilização e da projeção das lideranças sindicais.<sup>1</sup> Dois fatores foram particularmente favoráveis a esse tipo de atuação: inflação alta e desemprego baixo, combinação que, com exceção de alguns períodos, caracterizou a década de 80. A CUT pôde crescer com

<sup>1</sup> Para uma avaliação das orientações sindicais diante das políticas econômicas dos diferentes governos, cf. Maria Herminia Tavares de Almeida, *Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, *op. cit.*

base na defesa dos interesses específicos de grupos de assalariados pouco dispostos a discutir os efeitos gerais de suas demandas sobre a economia e a inflação, sem se preocupar com o desenvolvimento econômico, com a manutenção do emprego, mudança tecnológica e manutenção da capacidade competitiva das empresas. Ela não teve de ser “construtiva”. A direção da economia foi deixada, na prática, aos empresários e ao Estado, pois o sindicalismo deveria se preocupar com a defesa dos interesses dos trabalhadores, sem tentar “gerir a crise do capitalismo”. Crise, aliás, saudada como benéfica do ponto de vista da conscientização dos trabalhadores para a sociedade socialista.

A Força Sindical surge numa fase de reforma da economia e do Estado, de desmonte do modelo nacional-populista de desenvolvimento e de relações entre as classes. No Brasil, a recessão econômica e a crise financeira do Estado, aliadas à existência de um regime democrático e às mudanças que começam a operar no relacionamento das empresas com seus empregados, fazem com que as táticas ofensivas da década passada dificilmente possam oferecer, nos dias de hoje, os mesmos resultados.

Do ponto de vista ideológico, o surgimento da Força Sindical se dá no auge da crise do socialismo e dos Estados de bem-estar e de grande legitimidade das ideologias e soluções liberais. A Força Sindical nasce tentando atrair as lideranças não socialistas do movimento sindical brasileiro, que até recentemente se encontravam numa posição defensiva diante das correntes mais à esquerda, estas legitimadas pela sua luta contra o autoritarismo e os governos militares. Com o mercado sindical já ocupado pela CUT, de um lado, e pela CGT, de outro, sobrava para uma nova central a bandeira da “modernidade”, a ser contraposta ao “socialismo” cutista e ao “corporativismo” da CGT.

Essas observações levam-nos a outra: do ponto de vista do mapa sindical do país, a Força Sindical surge, em primeiro lugar, num momento em que a maior parte das principais entidades representativas das classes assalariadas dos setores privado e público está comprometida com as centrais sindicais formadas anteriormente. Em grande parte por essa razão, em termos da adesão de sindicatos, federações e associações, a Força Sindical nasceu muito mais fraca do que a CUT e a CGT. Agora, para avançar, precisa ganhar entidades filiadas às outras centrais.

A Força Sindical tem apenas dois pontos de apoio mais sólidos: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores na Alimentação, do mesmo Estado. Não foi o que aconteceu primeiro com a CONCLAT, e posteriormente com a CUT e a CGT, que agruparam as principais correntes políticas e os mais importantes sindicatos e federações do país. Desse ponto de vista, a Força Sindical começa em desvantagem.

Considerando-se esses aspectos e os dados colhidos na pesquisa, conviria, nesta Conclusão, tentar avaliar as possibilidades da nova central em confronto com suas rivais há mais tempo no mercado trabalhista. Começemos pela questão que acabamos de examinar.

Como dissemos, apenas pelo fato de ser a mais nova das centrais, a Força Sindical encontrou um campo já ocupado. É certo que aproximadamente 80% de todos os sindicatos de empregados do país segundo dados de 1991 do Ministério do Trabalho, não estavam filiados a nenhuma das centrais sindicais. Entretanto, na grande maioria, trata-se de pequenos sindicatos.<sup>2</sup> Sua eventual e pouco provável adesão a qualquer uma das centrais não alteraria a relação de forças entre elas. Os sindicatos mais importantes já definiram suas lealdades. Desse ponto de vista, a Força Sindical, para avançar de maneira significativa, precisa necessariamente ganhar sindicatos ligados ou simpáticos às outras centrais, especialmente à CUT, ou conseguir criar sindicatos na base profissional de sindicatos ligados às outras centrais, dividindo a sua representação e enfraquecendo-os.

No tocante à CGT, a Força Sindical conseguiu atrair algumas entidades, mas não em relação à CUT.<sup>3</sup> Aqui, a nossa hipótese é de que, em geral, é mais fácil a incorporação de sindicatos que não têm comprometimento com nenhuma central (como aconteceu por ocasião da criação da CUT e da CGT) do que conseguir a adesão de sindicatos já filiados a uma central. A troca de uma central por outra, para um sindicato ou federação, é sempre traumática porque implica não apenas a rejeição de antigas lealdades e

---

<sup>2</sup> Em 1988, 55% dos sindicatos de empregados urbanos tinham menos de mil associados. *Sindicatos. Indicadores sociais*, IBGE, 1991.

<sup>3</sup> O ganho de novos sindicatos por parte de uma dada central pode se dar: 1) por mudança das preferências de parte da diretoria e associados da entidade; 2) por vitória, nas eleições sindicais, de uma chapa de oposição contrária à central em que, até o momento, o sindicato estava filiado; 3) por adesão de sindicatos novos, recém-criados ou ainda não comprometidos com qualquer central.

amizades como também a negação de atos passados que, de muitos pontos de vista, constituem a identidade mesma da instituição.

Por esses motivos, a captura, por parte da Força Sindical, de número significativo de sindicatos ligados à CUT ou à CGT só tenderá a acontecer se as lideranças da Força Sindical se revelarem mais competentes do que as das centrais rivais em termos de obtenção de vantagens materiais e/ou simbólicas para os assalariados. Para que isso aconteça é preciso que 1) a CUT e a CGT se mostrem incapazes de conseguir vantagens efetivas para os trabalhadores ou 2) que suas bandeiras ideológicas percam capacidade de mobilização e atração. Esse parece ter sido, em parte, o caso da disputa pelo importante sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, quando a chapa apoiada pela Força Sindical, defendendo a privatização da empresa, saiu vencedora nas eleições de agosto de 1992.

A CUT nasceu, convém repetir, da confluência de diferentes correntes de oposição aos regimes militares. Alguns dos grupos marxistas que estiveram presentes nas primeiras articulações que resultaram na CUT participaram de movimentos de guerrilha e de luta armada contra os governos militares. Do lado dos sindicalistas “autênticos” – outra das facções que participou da criação da CUT – os conflitos com o governo, em geral, e com os ministérios do Trabalho e da Economia, contra o controle dos sindicatos e dos salários, já vinham de meados da década de 70. Em outros termos: a CUT é concebida, desde o começo, como um organismo de oposição não apenas à ordem política autoritária, mas também à economia de mercado e à “democracia burguesa”. Daí resultou uma organização embebida numa cultura de contestação e de valorização do conflito, cultura que instituiu quais deveriam ser as condutas corretas e, talvez mais do que tudo, o discurso legítimo fundado nas premissas do marxismo.

De parte de muitos membros da direção da CUT, nota-se atualmente uma mudança, ainda que tímida, na concepção de ação sindical, que implica afastar-se, mais na prática do que no discurso, das concepções e táticas anteriores. Essa mudança parece estar associada à necessidade de sobrevivência da CUT como organização e tenderá, segundo hipótese por nós defendida, a ser mais acentuada quanto mais essa central se institucionalizar.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Acompanhamos aqui a tese de inspiração “micheliana” desenvolvida por A. Panebianco de que o avanço da institucionalização implica que o “bem” da organização tende a coincidir

Trata-se de mudança que não se faz sem problemas e crises organizatórias internas, porque ela pode implicar uma rejeição das premissas iniciais, das práticas e símbolos que definiram o caráter da organização e forjaram um sistema de identificação que possibilitava a separação entre “nós” e “eles” tanto no interior do movimento sindical como fora dele. Desse modo, o dilema que se coloca para a atuação da CUT num contexto democrático, que tende a incorporar os sindicatos no sistema de poder, está na opção entre, de um lado, a preservação dos interesses da organização, dos quais o mais importante talvez seja o fortalecimento da posição de interlocutor no interior do sistema político, e, de outro lado, a fidelidade às ideias, concepções e objetivos que cercaram o nascimento da entidade e definiram sua identidade política e sindical tanto para opositores de sua ação quanto para suas bases de apoio.

Do ângulo dos interesses da organização (lideranças, quadro funcional, ocupação do mercado sindical, etc.), feito o balanço de custos e benefícios entre a afirmação do passado e sua negação (ainda que não explícita), deverá prevalecer a opção que atenda melhor aos interesses de fortalecimento ou de sobrevivência da organização enquanto tal, base do poder das lideranças.

Desse modo, considerando que qualquer das opções terá algum custo, a estratégia que pareceria menos prejudicial à continuidade da organização seria a que conseguisse fazer passar a ideia de que as novas táticas e procedimentos sindicais nada mais são do que uma forma de atingir aos mesmos objetivos do passado, mas reciclados de modo a atender aos requisitos do presente, o que equivaleria a manter o socialismo como uma bandeira a ser desfraldada apenas em determinados momentos, se e quando ela puder servir à sobrevivência da CUT enquanto instituição. De acordo com a tese aqui defendida, à medida que aumentar o grau de institucionalização de cada central, os interesses internos da organização (e

---

com seus objetivos, ou seja, o que é bom para a organização, o que contribui para seu fortalecimento em relação a outras organizações, tende a ser valorizado como integrante do próprio fim. “A organização converte-se ela mesma em um ‘fim’ para um amplo setor de seus membros e, desse modo, ‘carrega-se’ de valores.”. Cf. Angelo Panebianco, *op. cit.* pp. 115.

Para uma análise na mesma direção, mas enfocando as centrais sindicais brasileiras, em especial a CUT, cf. Adalberto Moreira Cardoso. *Petroleiros de Paulínia – Participação, Consciência e identidade*. Tese de mestrado em sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 1991 (mimeo), em especial a Conclusão.

de suas lideranças) deverão preponderar sobre os interesses gerais e sobre a ideologia manifesta. Em outras palavras: quanto mais institucionalizada a central, menos as propostas originais tenderão a servir de guia para a ação. Para sobreviver e se manterem competitivas, as centrais adotarão estratégias que resultem em mais dividendos políticos e sindicais, basicamente o aumento de sua influência junto à massa de trabalhadores, ao Estado e aos empresários. Deverá ocorrer, conseqüentemente, certa adaptação às expectativas e demandas das classes trabalhadoras, de modo geral, e dos diferentes sindicatos, de modo particular.

Mas cabe uma observação importante. Uma central sindical não é um observador passivo do cenário político ou dos movimentos de suas bases de sustentação. Em uma medida importante, as centrais sindicais são agentes efetivos na demarcação do ambiente político e valorativo onde trafegam seus filiados. As centrais não se “adaptam” simplesmente a expectativas e valores mutantes, mas ajudam a forjá-los na medida em que se convertem em centros criadores e reprodutores de identidade política e sindical para uma parcela relevante de sindicatos filiados. Elas são, enfim, atores políticos. E é justamente a reprodução de uma identidade institucionalmente construída que reforça interesses puramente organizacionais que podem, eventualmente, entrar em conflito com programas ou projetos ideológicos originários.

Desse ponto de vista, a rejeição explícita do socialismo (tanto quanto a sua afirmação constante) é problemática para a CUT e para as lideranças majoritárias, porque foi através da crítica ao capitalismo e ao liberalismo que a CUT conseguiu avançar.<sup>5</sup> Se essas considerações são corretas, o problema posto para a CUT, nos dias de hoje, seria o de optar entre, de um lado, deixar o socialismo como meta para um futuro muito distante e, por conseqüência, conseguir pôr de lado a estratégia do confronto sem que isso apareça como uma forma de “colaboração de classe” que fira os valores fundantes da central; e, de outro lado, continuar se recusando à “cooperação de classe”, isto é, à participação. Em princípio, essa metamorfose é difícil e em vários países de capitalismo avançado provocou muitos conflitos no interior do movimento sindical.

Mas, no momento presente, na luta pelo poder dentro da CUT, as facções de oposição tratam de apoderar-se das bandeiras “do passado”,

---

<sup>5</sup>“Os objetivos ideológicos desempenham... um papel importante na fase de formação mas também depois que a organização se consolidou”, escreve A. Panebianco, *op. cit.*, p. 305.

tentando apresentar-se como portadoras das tradições legitimadoras contra os “desvios” ou mesmo “traições” da facção majoritária.<sup>6</sup> Por isso, mais provavelmente, o modo de lidar com a herança ideológica do sindicalismo de luta de classes, que tem, como meta o socialismo, deverá constituir um problema a perturbar a reorientação da estratégia cutista neste final de século, reorientação que pode se tornar necessária no enfrentamento com outros concorrentes no campo sindical.

Obviamente, esse tipo de problema não perturba a Força Sindical, que não tem de se livrar dos “fantasmas do passado”, porque já nasceu identificada com uma década em que o “moderno” é o mercado e não o Estado, e porque jamais professou ideologia socialista. Apesar disso, a Força Sindical começou caminhando contra a corrente ainda predominante no meio sindical, onde as lideranças dos sindicatos mais poderosos, notadamente do setor público, rejeitam as concepções de tipo liberal, a economia de mercado e defendem soluções de tipo socialdemocrata ou socialista. O fim da União Soviética e das Democracias Populares do Leste europeu, embora tivesse abalado a ortodoxia marxista e socialista, não significou o desaparecimento das orientações socialistas e nacionalistas entre as facções mais militantes do sindicalismo brasileiro, representadas principalmente pelos grupos de oposição à tendência Articulação, majoritária na CUT. Mas a crise da esquerda, embora aumente a legitimidade da Força Sindical, não lhe garante necessariamente um futuro radioso.

A considerar apenas o aspecto ideológico, as possibilidades de avanço da CUT deveriam reduzir-se. Mas o êxito de um movimento sindical não depende unicamente de sua retórica e de seu programa formal. Em larga medida, o futuro da Força Sindical e da CUT dependerá das estratégias que suas lideranças adotarem hoje. O modelo de sindicalismo de participação e cooperação com outras forças políticas, preconizado pela Força Sindical, parece mais adaptado às condições atuais da tecnologia e da organização

---

<sup>6</sup> Todas as vezes que a facção majoritária tenta mudar a orientação da entidade em direção de maior participação e diálogo, especialmente com o governo, as facções de oposição aproveitam a oportunidade para se fazer portadoras das tradições das épocas heroicas, denunciando a “traição” da maioria. As críticas podem ir até mesmo ao pedido de destituição do presidente da central.

empresarial e da ampliação dos espaços de atuação democrática, do que o modelo de confrontação, de “negociação adversária”, defendido pela CUT.<sup>7</sup>

Certamente, como já sugerimos, certas lideranças cutistas têm consciência de que as táticas adequadas ao cenário passado não o são para o presente. Essa percepção da mudança do cenário aparece topicamente em numerosas atitudes da alta liderança cutista. Um retrospecto das posições anteriores da tendência dominante na CUT indica uma clara linha que, para utilizarmos os termos convencionais (e a nosso ver insuficientes para a análise das tendências políticas contemporâneas), caminha da esquerda para a direita ou, se quisermos, do “radicalismo juvenil” para a atuação “mais madura” que acompanha a consolidação e institucionalização da central.

Desse ângulo, a CUT pode – se a cultura de gueto que ainda vigora em certas tendências de oposição não constituir obstáculo intransponível – invadir o próprio espaço da Força Sindical, diminuindo o lado contestatório e adversativo de suas orientações anteriores e ampliando o lado participativo e “construtivo”.

Aqui, o papel da liderança é importante, e cumpriria destacar alguns aspectos que diferenciaram, desde as suas origens, a Força Sindical das outras centrais. A Força Sindical tem apenas um líder máximo e indiscutido, que é também o principal dirigente do maior sindicato dessa central e do país, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Paulo (STIMMESP), popularmente conhecido como Sindicato dos Metalúrgicos.<sup>8</sup> Apesar de suas inegáveis qualidades

---

<sup>7</sup> O leitor brasileiro encontrará uma síntese das mudanças em curso nas relações entre as empresas e os empregados em José Pastore, “Relações de Trabalho em Economias Competitivas”, comunicação apresentada no Fórum Nacional “O Sindicalismo Brasileiro na Nova Conjuntura”, São Paulo, 23 de junho de 1992 in: João Paulo dos Reis Venoso e Leôncio Martins Rodrigues (orgs.), *O Futuro do Sindicalismo*, São Paulo, Nobel, 1992.

<sup>8</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos, em fins da década de 80, tinha em sua base aproximadamente 320 mil trabalhadores, distribuídos em quase 10 mil empresas. Esses dados são do próprio sindicato. Os dados da RAIS (de 1988), que compreendem apenas as empresas registradas que fornecem informações, indicam que 83,6% daquelas empresas tinham até 50 empregados; 14,9% delas tinham entre 50 e 400 trabalhadores e somente 1,5 das empresas tinham mais de 500 operários. Isso dá uma ideia da enorme dispersão da categoria pela cidade de São Paulo. Em razão da contribuição sindical, da contribuição assistencial e das mensalidades, o sindicato dispõe de muitos recursos, empregando, naquela época, cerca de 700 pessoas, possuindo cinco subsedes, ambulatório médico, colônia de férias, uma frota de automóveis, etc. Segundo Medeiros, “para um grupo político é preferível ter o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo do

peçoais de liderança, Medeiros dificilmente seria presidente da Força Sindical se não tivesse atrás de si esse poderoso sindicato. Ocorre que apenas circunstâncias excepcionais podem levar um dirigente de um sindicato de importância secundária a ocupar a presidência de uma central sindical concorrendo com lideranças que têm o apoio de sindicatos mais importantes.<sup>9</sup>

Outra instituição de importância na base da Força Sindical é a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado de São Paulo. Dirigida por Melquíades de Araújo, vice-presidente da central, representa 28 sindicatos do setor nas negociações com a FIESP. Contudo, os sindicatos desse setor têm na sua base trabalhadores de indústrias pequenas e médias espalhadas por todo o Estado e sem poder de fogo para enfrentamentos mais duros com o patronato. Tende, portanto, a fechar acordos com o patronato, representado pela FIESP, sem tentar recorrer à greve. Não por acaso, Araújo jamais conseguiu projeção nacional como líder operário e sua

---

que uma prefeitura qualquer do Nordeste” (entrevista à revista *Senhor*, 30.6.87). Embora dispondo de imensos recursos financeiros, a dispersão dos trabalhadores em pequenas empresas, espalhadas pela vasta área do município de São Paulo, torna mais difícil a formação de piquetes e a paralisação do trabalho nas greves de categoria, rebaixando o poder de fogo do sindicato. Por outro lado, a massa de trabalhadores distribuída por pequenas e médias empresas, que não fornecem assistência médica e hospitalar aos empregados, recorre aos serviços do sindicato. Segundo os opositores de esquerda a Luiz Antônio de Medeiros, esse fato favorece o clientelismo, tendendo os metalúrgicos das pequenas e médias empresas que utilizam os serviços assistenciais do sindicato (assim como os aposentados) a votar, quando das disputas eleitorais, nas chapas da diretoria em exercício. Para a história recente do Sindicato dos Metalúrgicos, ver Adalberto Moreira Cardoso: *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização*, op. cit.

<sup>9</sup> Esse é o caso do atual presidente da CGT, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, mais conhecido como Canindé Pegado. Canindé Pegado era presidente de um sindicato de menor importância no universo do sindicalismo brasileiro, o Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Norte. Seu nome não consta da primeira Executiva Nacional eleita no I Congresso da CGT, em 1986. No II Congresso da CGT (sob o nome de “Confederação” e não de “Central”), em 1989, foi eleito para a Executiva Nacional, ocupando a função de encarregado de “Assuntos Parlamentares”. Nesse congresso, caracterizado por fortes conflitos, Magri foi eleito presidente, denotando os comunistas. Posteriormente, em março de 1990, quando Magri foi indicado para ministro do Trabalho do governo Collor, Pegado assumiu a presidência. Em 1992, no III Congresso da CGT, consolidou sua liderança elegendo-se presidente numa executiva em que constam presidentes de várias confederações da rede oficial. Trata-se de uma carreira atípica, que se fundou mais em habilidades pessoais de liderança do que no apoio de um grande sindicato ou de um grupo político. Apesar disso, deve-se notar que sua ascensão à presidência ocorreu em substituição a Magri, sendo possível que os presidentes das confederações da rede sindical oficial não tivessem tanto empenho na presidência da CGT, fato que teria facilitado a ascensão de Pegado.

força no interior da Força Sindical deriva, basicamente, do enorme montante de recursos de que dispõe a Federação da Alimentação.

Ao contrário da liderança de Lula, em fins dos anos 70, que assumiu certos traços carismáticos, a de Medeiros assemelha-se mais à do *boss* sindical norte-americano, chefe político e organizador hábil no controle da máquina sindical e pragmático nas negociações com o patronato e com as autoridades.<sup>10</sup> Essas características da liderança de Medeiros parecem bem adequadas para uma central como a Força Sindical, nascida no pós-socialismo, com um possível avançar prognóstico sobre o futuro da Força Sindical e sobre a distribuição relativa de poder entre as diferentes centrais. Nossa hipótese mais geral é de que existe efetivamente um espaço sindical para uma central com o programa e as propostas da Força Sindical. Esse espaço seria composto, em primeiro lugar, por diretores e dirigentes sindicais de origem operária politicamente moderados, quer dizer, por sindicalistas que, por razões ideológicas e sociais, não se sentem à vontade na CUT, onde é grande o peso de lideranças mais intelectualizadas, ideologizadas e de

---

<sup>10</sup> É interessante observar que esse líder indiscutido da Força Sindical, na melhor das hipóteses, no Brasil, teve apenas uma curta experiência de trabalho como metalúrgico entre outubro de 1978 e fevereiro de 1981, em duas pequenas empresas. Militante do PCB, esteve exilado no Chile e viveu na URSS entre 1974 e 1976, onde passou por uma escola de quadros do PC soviético e trabalhou, segundo consta, como metalúrgico numa fábrica de Leningrado, atual São Petersburgo. Voltando ao Brasil, em 1976, em razão de um acordo do PCB com o grupo que controlava a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, entrou para a chapa de Joaquinão, então presidente. Com a vitória dessa chapa nas eleições de 1981, Medeiros foi para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, no posto de primeiro-secretário. Para poder concorrer à eleição, graças à intermediação de Joaquinão, conseguiu um registro de empregado da companhia Gradiente. Mas não chegou a trabalhar nessa empresa em razão de ter sido eleito para a direção do sindicato. (Informação publicada pela revista *Veja* (25.3.92). Em 1984, foi reeleito para a diretoria, desta vez ocupando o posto de vice-presidente. Em agosto de 1987, foi eleito presidente. Trata-se, assim de um militante político que se transformou em sindicalista, e não de um sindicalista que se transformou em político, fato bem mais comum. Talvez em razão dessa formação na esquerda, o nível de informação de Medeiros é bastante superior à da maior parte dos dirigentes sindicais brasileiros. Sua gestão no Sindicato dos Metalúrgicos caracterizou-se por grande dinamismo e capacidade de organização. Em um ano, o número de associados cresceu de 60 mil para 80 mil, mais do que havia crescido nos últimos dez anos da gestão de Joaquinão. Medeiros especializou-se na realização de greves rápidas, por estabelecimento, dando ênfase às reivindicações econômicas. Para maiores informações sobre o estilo de atuação de Medeiros, que mudou o relacionamento com a base do sindicato e as modalidades de organização dos metalúrgicos de São Paulo, cf. Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização*, op. cit.

esquerda.<sup>11</sup> Em segundo lugar, esse espaço seria formado por diretores de sindicatos de fraco poder de barganha que, mesmo que quisessem, não teriam condições de pôr em prática um sindicalismo de confronto.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> A presença das lideranças dos segmentos mais instruídos das classes médias na CUT se deve, em larga medida, à forte participação das associações e sindicatos do setor público, professores e profissionais liberais, notadamente. O fato é particularmente observável no grande número de teses sobre a política mundial e nacional, o papel da classe trabalhadora no processo político, os destinos do capitalismo e o futuro do socialismo, apresentadas nos congressos cutistas. No III CONCURT, por exemplo, foram apresentadas 17 teses, a maioria delas bastante extensas, abrangendo, no total, 74 páginas de formato tabloide. No IV CONCURT, 16 teses foram inscritas, num total de 130 páginas. Isso ocorre não apenas nos congressos nacionais da CUT, mas também em congressos de categorias profissionais importantes e mais escolarizadas. Por exemplo, no III Congresso Nacional organizado pelo Departamento Nacional dos Bancários da CUT, realizado em São Paulo em março de 1992, nove teses foram levadas à discussão, algumas mais específicas, como a tese “Avançar a organização no local de trabalho, consolidar a organização dos bancários”, apresentada pela “Articulação Sindical Bancária”, outras bastante gerais, como a tese “O capitalismo não é o fim da História. O socialismo vive”, da Convergência Socialista. Cf. *Terceiro Congresso do Departamento Nacional dos Bancários da CUT*. Sindicato dos Bancários, 1992.

<sup>12</sup> As razões pelas quais muitos dos sindicalistas que estão atualmente na Força Sindical não preferiram ou não permaneceram na CGT são menos claras. Na visão da Força Sindical, a CGT seria mais burocrática e acomodada, enquanto a CUT seria muito radical. A Força Sindical seria o justo meio-termo, de combatividade sem radicalismo. Numa certa medida, assim é efetivamente. A CGT depois da saída dos dois partidos comunistas e do MR-8 ficou marcada pela personalidade de Magri, muito ligado à AFL-CIO e desprestigiado por sua passagem pelo governo Collor como ministro do Trabalho e sobre quem corre processo no STF por corrupção passiva. A nova liderança dessa central deixou de lado a ideia de um sindicalismo de resultados, anteriormente defendido tanto por Magri como por Medeiros. Mas a verdade é que, depois de tantas peripécias e com a forte presença das confederações e federações da estrutura sindical oficial, a CGT não só é bastante descaracterizada ideologicamente como tem pouca capacidade de pressão e de mobilização, podendo, quanto muito, ter uma atuação em forma de *lobby* junto ao Congresso e ao Executivo. Para poder desempenhar um papel mais efetivo no meio sindical e poder ameaçar com paralisações de trabalho, a CGT necessitaria contar com alguns sindicatos com poder de fogo que no momento não tem, dado que as federações e confederações, no sistema brasileiro, não têm o controle dos sindicatos e são órgãos de atuação de cúpula. Esses organismos da estrutura sindical oficial só seriam importantes se tivessem o apoio dos sindicatos de sua base. Na medida em que isso não acontece, transformam-se em meras entidades burocráticas, com funções legais de representação. Às vezes, no caso das federações, têm algum papel assessorando os pequenos sindicatos nas negociações com as entidades patronais e nos dissídios que correm na Justiça do Trabalho. A Força Sindical, embora possua um número menor de confederações e federações do que a CGT, vem mostrando maior dinamismo e capacidade de iniciativa, de apresentação de propostas e de ocupação dos espaços nos meios de comunicação de massa.

Mas o fato de acreditarmos existir um espaço ideológico em condições de ser ocupado por uma central com o programa da Força Sindical não significa necessariamente considerar que ele será ocupado por essa central tal como existe hoje. Formada num momento de declínio mundial da instituição sindical,<sup>13</sup> a Força Sindical, já salientamos, nasceu bem mais fraca do que as anteriores centrais sindicais. Como mostraram os dados da pesquisa, em termos de setores de atividade econômica e das categorias que a compõem, a Força Sindical não conseguiu ganhos importantes entre as entidades de funcionários públicos, bancários, empregados das empresas estatais e trabalhadores rurais. Consequentemente, a influência da Força Sindical é mínima entre os sindicatos e associações de classe média, que, nestes últimos anos, constituíram um dos campos em que o sindicalismo mais se desenvolveu no Brasil e em outros países.

Com relação ao setor público, parece difícil que a Força Sindical, com o tipo de programa que defende, consiga desalojar a CUT. A mesma observação pode ser estendida aos trabalhadores rurais das localidades em que os conflitos são mais agudos, envolvendo a luta pela posse da terra. Nelas, a Igreja “progressista”, o PT e os partidos de esquerda estão bem implantados, e no momento não há sinais de que a Força Sindical conseguirá progredir nessas áreas marcadas por conflitos violentos. Contudo, entre os sindicatos de assalariados rurais, onde as reivindicações e as formas de atuação tenham feições mais propriamente sindicais, não parece excluída a possibilidade de alguns avanços futuros da Força Sindical. No momento, a base de sustentação da Força Sindical está nos sindicatos de trabalhadores industriais e do setor de serviços urbanos do setor privado. A eventual perda do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo provavelmente ocasionaria o fim da Força Sindical. Por essa razão, entre outras, Medeiros e a Força Sindical investem pesadamente no fortalecimento de suas posições nesse sindicato.

---

<sup>13</sup> Neste trabalho, não caberia uma análise sobre a situação atual do sindicalismo em outros países, especialmente nos países desenvolvidos. O leitor interessado encontrará um resumo e uma bibliografia sumária sobre o assunto em Leôncio Martins Rodrigues, “A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo”, *Folha de S. Paulo*, secção “Tendências/Debates”, 22.3.92, e “A Sindicalização da Classe Média”, *Idem*, 24.5.92, e “As Transformações da Sociedade Contemporânea e o Futuro do Sindicalismo”, in: João Paulo dos Reis Venoso e Leôncio Martins Rodrigues (orgs.), *op. cit.*



Do ponto de vista geográfico, a Força Sindical está concentrada em alguns poucos Estados. Lembremos que 47% dos delegados e 52% dos membros da Direção Nacional são de entidades paulistas. Entre os delegados, 78% são de sindicatos de cinco Estados: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. A influência da Força Sindical no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e nos Estados do Nordeste é muito pequena. Para crescer e se transformar numa organização efetivamente nacional, deve não só incorporar a massa de sindicatos independentes, mas também capturar sindicatos ligados à CGT e à CUT, notadamente no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Para complicar a avaliação das possibilidades de expansão da Força Sindical e das outras centrais, cumpre ter em conta que seus movimentos são dados não apenas por suas forças internas (objetivos, valores, lideranças, bases de apoio, etc.), mas também pela ação dos adversários: o governo, o patronato e os competidores no campo trabalhista. Desse ângulo, consideramos que todas as centrais – especialmente a Força Sindical e a CUT, cujas lideranças desenvolvem maiores esforços para ocupar um espaço na política brasileira – estarão orientadas para o fortalecimento de sua organização. Tenderão, pois, a se adaptar às mudanças que ocorrerem em suas bases, quer dizer, no mercado sindical. Devem buscar, para tanto, as formas de atuação que fortaleçam as lideranças e maximizem as vantagens do ponto de vista dos interesses da organização, o que necessariamente implica encontrar formas de adaptação ao ambiente em que atuam.

Se as classes assalariadas e os sindicatos fossem mais homogêneos e as táticas a serem utilizadas fossem de tal maneira claras e inequívocas que se impusessem a todos, provavelmente as pressões em direção à unificação do sindicalismo brasileiro seriam muito mais fortes. Mas as demandas e expectativas das classes trabalhadoras não são homogêneas, porque elas mesmas são constituídas por variados segmentos e camadas. As mesmas observações poderiam ser estendidas para os sindicatos, onde reina uma forte desigualdade: há sindicatos muito poderosos ao lado de outros muito fracos. Alguns estão localizados em áreas econômicas importantes e dispõem de uma base profissional que favorece a utilização de táticas agressivas, como as paralisações do trabalho. Outros representam categorias dispersas em pequenas unidades de produção, fato que não possibilita às lideranças meios de pressão mais efetivos sobre o patronato.

Assim, as heterogeneidades internas das classes assalariadas e dos variados sindicatos, quer nos parecer, abrem espaço para a existência de variadas propostas sindicais alicerçadas em premissas doutrinárias, em táticas e estratégias, em reivindicações e demandas diferenciadas. Por isso tendemos a acreditar que, na hipótese de que não sobrevenham acontecimentos capazes de introduzir novos elementos que alterem radicalmente as linhas de desenvolvimento atual (como, por exemplo, as alterações profundas no modelo sindical corporativo que elimine o monopólio da representação e as fontes de rendas dos sindicatos, federações e confederações, a eventual eleição de Medeiros para um cargo político, uma cisão na CUT, a conquista do Executivo federal por parte do PT, etc.), parece difícil, neste final de século, uma alteração importante na relação de forças entre as centrais, o que vale dizer, é possível esperar a sobrevivência da Força Sindical sem acreditar num recuo significativo da CUT ou mesmo da CGT.